

# Ações para o enfrentamento de doenças e agravos não transmissíveis são tema de encontro estadual

*Evento realizado em Belo Horizonte reuniu referências técnicas e coordenadores da área das 28 Unidades Regionais de Saúde 15 de Maio de 2024 , 17:56*

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) realizou, nos dias 14 e 15/5, em Belo Horizonte, o Encontro Estadual de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis, que contou com a participação de referências técnicas e coordenadores das 28 Unidades Regionais de Saúde.



As Dant representam a maioria dos óbitos no mundo e, em Minas Gerais, o cenário não é diferente. Elas acarretam mortes prematuras, incapacidades, redução da qualidade de vida e impactos econômicos nas famílias afetadas. Assim, o evento visa contribuir para a qualificação das ações de enfrentamento a essas condições e, conseqüentemente, melhorar o cenário epidemiológico do estado.

Para a coordenadora de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Câncer da SES-MG, Sandra de Souza, é fundamental essa interlocução com as unidades regionais de todo o estado. “É importante que as referências estejam presentes nesse encontro porque, a partir do conhecimento e da apropriação das temáticas que estão sendo trabalhadas, elas proporcionarão apoio técnico para que os municípios possam realizar as ações de enfrentamento às Dant”, reforçou.

“Além das palestras sobre vigilância dos acidentes, vigilância das doenças crônicas não transmissíveis e a vigilância das violências, também estamos trabalhando o Caderno de Prática das Doenças e Agravos não Transmissíveis, que se propõe a trazer conceitos, referenciais teóricos e soluções em políticas públicas e financiamento das Dant no território mineiro”, explicou Sandra de Souza.

Para a referência técnica da Superintendência Regional de Saúde do município de Coronel Fabriciano, Michele Batista, é de suma importância levar aos municípios o entendimento de que é necessário conhecerem o seu território e conhecerem as ocorrências das doenças crônicas e agravos.

Ela ressalta que é preciso que os municípios atuem dentro dos territórios sanitários para que previnam e trabalhem a promoção da saúde, visto que esses eventos são onerosos aos cofres públicos, levam a várias internações e causam enormes impactos sociais, familiares e individuais.

“Após esse evento, nós, como referências técnicas, voltamos para os nossos territórios mais fortalecidas e mais orientadas para dar suporte aos municípios, para que eles trabalhem bem os eventos de doenças crônicas e agravos não transmissíveis e possam ajudar na prevenção desses tipos de agravos, onerosos à rede de saúde dos municípios”, pontuou Michele Batista.

## **Programação**

No primeiro dia do Encontro, Amélia Augusta, doutora em Saúde Pública, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ministrou a palestra *Convergências entre trânsito e saúde*.

Os eventos provocados pelo trânsito se enquadram no conceito de doenças e agravos não transmissíveis, pois não são transmitidos por um agente específico, como vírus ou bactérias, mas são decorrentes de um conjunto de fatores que envolvem o comportamento humano, a infraestrutura e as políticas públicas.

“Sabemos que muitas vezes esses eventos têm características tanto do comportamento individual quanto da questão da infraestrutura das vias e da ausência de transporte coletivo”, salientou.

“Assim, é necessário que seja dada atenção às políticas intersetoriais que contemplem políticas de saúde e educação, mas também políticas de transporte e de mobilidade urbana sustentável. É preciso aprofundar esse olhar para as cidades e o viver nelas, a urbanização e os seus efeitos sobre a saúde das pessoas”, destacou a professora.

Na sequência, a médica e professora associada da Escola de Enfermagem da UFMG, Déborah Carvalho Malta, proferiu a palestra *Contextualização das Doenças Crônicas não Transmissíveis e suas atualizações baseada nas evidências científicas*. A professora apresentou uma série de dados de pesquisas sobre tais agravos e doenças, divididos por recortes como sexo, idade, escolaridade e poder aquisitivo.

De acordo com ela, tais doenças são responsáveis por até 36% das mortes no país e têm como causa fatores de risco comportamentais, mais essencialmente os determinantes sociais em saúde. As doenças crônicas são mais frequentes na população com baixa renda e baixa escolaridade.

Segundo Déborah Carvalho Malta, especialmente após a pandemia de covid-19, verificou-se um aumento das taxas de mortalidade das doenças crônicas, o que demanda políticas regulatórias para que se possa reduzir a incidência dessas doenças. Ela destacou alguns desafios como, por exemplo, o aumento da obesidade, do uso de álcool pelas mulheres e do uso de tabaco pelos adolescentes, especialmente, o uso de cigarros eletrônicos.

“Portanto, há desafios contínuos e é muito importante a presença de políticas públicas de controle dessas doenças, em especial medidas regulatórias. É essencial também a participação governamental no apoio aos sistemas de monitoramento às Dant para que possam ser suporte à implantação de políticas de promoção da saúde e de prevenção dessas doenças”, finalizou a professora.

Já no segundo dia do evento, foi apresentado o Caderno de Prática das Doenças e Agravos não Transmissíveis e realizada oficina com a participação das referências técnicas regionais para discutir as atribuições propostas aos municípios e às regionais de saúde no enfrentamento às Dant pelos territórios.

Finalizando a programação, foi ministrada a palestra *Vigilância das Violências: avanços no tratamento*, pela doutora em Epidemiologia, professora e pesquisadora da UFMG, Elaine Leandro Machado.

*Por Eduardo Wanderley*

[Enviar para impressão](#)